

# O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E A DOCTRINA

Coronel Hugo Tameyassu Arakaki

O Coronel de Artilharia Arakaki foi declarado Aspirante-a-oficial pela AMAN em 1972. Como curiosidade, é o primeiro oficial de carreira de descendência nipônica da Arma de Mallet. Coursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Comandou o 28º Grupo de Artilharia de Campanha (Criciúma-SC). Na 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) exerceu as funções de Formulador da Doutrina de Artilharia e Chefe da Seção de Doutrina Militar Terrestre (DMT). Mantém-se vinculado à Doutrina, prestando tarefa no Centro de Doutrina do Exército - 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (C Dout Ex - 3ª SCh/EME), desde 2004.



*“Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina”*

Sun Tzu

É quase unânime a percepção da importância da doutrina para a Instituição Militar. Esse sentimento vem de tempos remotos, como comprovado pelo pensamento manifestado pelo General chinês Sun Tzu, por volta de 500 anos antes de Cristo: “Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina”. Na trajetória de formação e consolidação do Exército Brasileiro (EB), a doutrina, com seus variados contornos conceituais e influências recebidas, sempre esteve presente, permeando decisivamente todos os fatos relacionados à história da Instituição.

Ela pode ser vislumbrada nas primeiras lutas coloniais, de ocupação e defesa da terra, para repelir invasões estrangeiras. Caracterizava-se pela defesa em fortes e, posteriormente, pela emboscada, guerra de guerrilha e pela ágil concentração para o embate decisivo. E nos dois séculos seguintes do Brasil Colonial, uma doutrina portuguesa, influenciada por outros exércitos europeus, vai no bernal dos combatentes das lutas fronteiriças.

A Guerra da Tríplice Aliança evidenciou uma Doutrina Militar Brasileira inspirada por Caxias, uma concepção de guerra nitidamente ofensiva. Sabe-se que, durante essa guerra, um avanço notável ocorreu no tocante a uma doutrina de emprego integrado de armas, de disciplina de fogo e de operações conjuntas com a Marinha. Entretanto, toda a experiência adquirida perdeu-se por completo, conforme a afirmação do Marechal Castello Branco: “estagnando as Forças Armadas, pela mentalidade dos oficiais positivistas associada ao teorismo exagerado de nossa Escola Militar que enfraqueceu o espírito militar da oficialidade e criava a casta dos bacharéis de farda”.

A culminação da decadência no pós-Guerra da Tríplice Aliança ficou patenteada pela infausta participação nas Campanhas de Canudos e do Contestado, evidenciando a precária situação a que ficara reduzido o EB.

A partir de então, procurou-se adaptar a doutrina às doutrinas vitoriosas nos grandes conflitos internacionais. Primeiro, foi a influência alemã, muito breve, mas significativa, trazida por oficiais brasileiros,

conhecidos como “jovens turcos”, que haviam estagiado no Exército Germânico. Depois, a influência francesa, vitoriosa na Guerra de 1914-1918, transmitida pessoalmente por membros da Missão Militar Francesa. Por último, o molde norte-americano, ao término da Segunda Guerra Mundial.

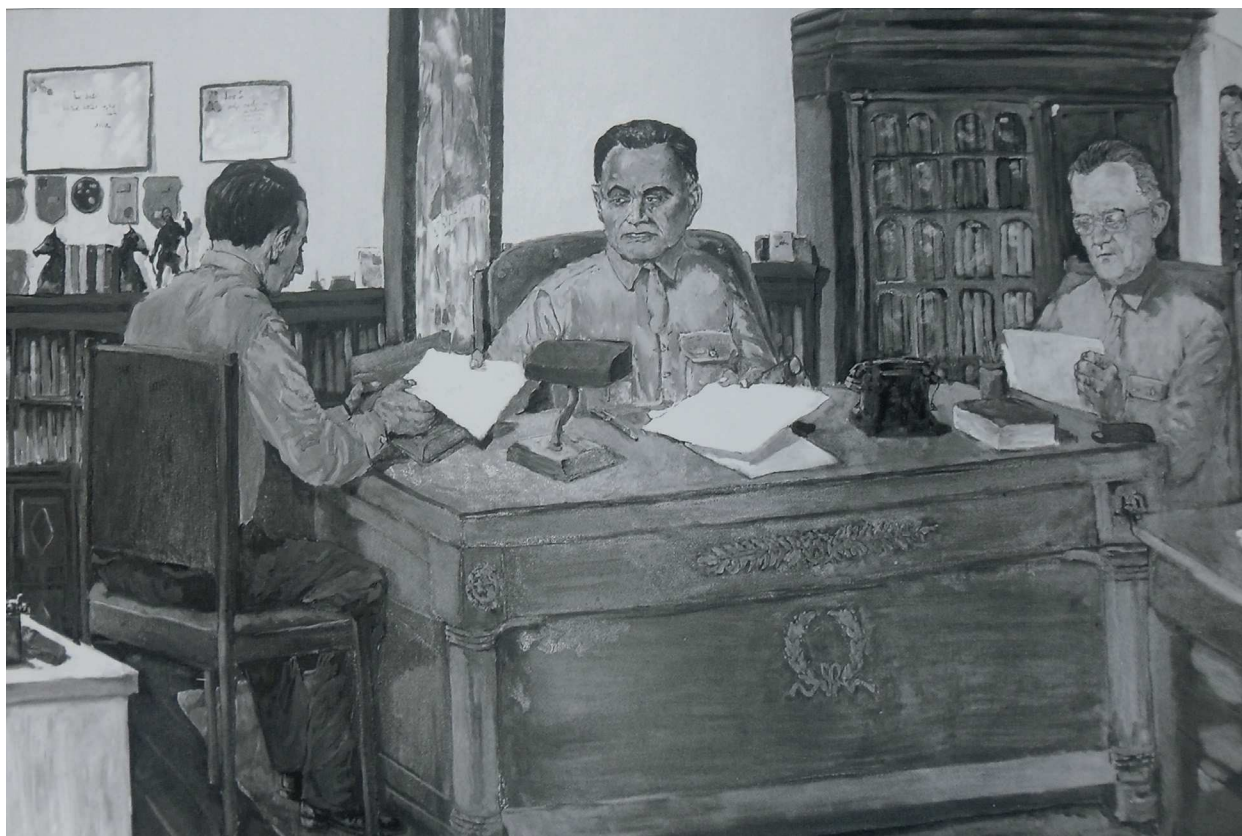
A partir da década de setenta, procurou-se o desenvolvimento de uma doutrina coerente e ajustada às peculiaridades do EB. Dentro desse contexto, o Estado-Maior do Exército (EME), desde o seu primórdio, posicionou-se como o responsável pela formulação e evolução da doutrina. A par das dificuldades iniciais decorrentes da transição de mentalidade de um exército imperial para um republicano, além da dispersão das forças em um território de dimensões continentais e as decorrentes implicações nas conexões mútuas e de comando, o EME, gradativamente, impôs os seus desígnios na busca incessante para capacitar o EB, administrativa e operacionalmente,

respaldando-o com uma doutrina uniforme e sintonizada com as necessidades.

A simbiose EME/Doutrina, tendo o primeiro como o órgão central, formulador, coordenador e difusor, e a segunda como portadora das concepções de atuação baseadas nas tradições e nos anseios populares para defesa dos valores pátrios, direciona e consubstancia o foco deste artigo.

#### O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O EME foi criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, que definia em seu art. 2º a inerente responsabilidade: “O Estado-Maior tem a seu cargo preparar o Exército para a defesa da Pátria, por isso é especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob a sua ação, no que concerne à instrução e disciplina das tropas. Parágrafo único: O Estado-Maior do



Exército tem sob suas ordens, para execução de todo o serviço, o respectivo corpo”.

No início, o EME voltou-se para a sua estruturação buscando condicioná-la para as atribuições determinadas, mesmo com as dificuldades decorrentes da transformação acentuada de organização, a deficiência de pessoal preparado para implantá-la, o espírito de trabalho burocrático vigente, entre outras.

O General-de-Divisão José Caetano de Faria, ao assumir a função de Chefe do EME, em 1910, portanto quase uma década e meia após a criação, expressou que a ação desse Órgão ainda não estava bem definida, pois “... além do Órgão viver asoberbado pelas questões de serviços correntes e de caráter puramente administrativo, havia conflitos de atribuições nos regulamentos em vigor, criando dualidade de funções impossível de se conciliar com o dever de formar a unidade de doutrina que lhe cabia, preceito esse não só regulamentar, como geralmente imposto a todos os estados-maiores”. Com pesar, declarava que, “embora tivesse a responsabilidade de instruir toda a tropa e zelar pela unidade de doutrina, infelizmente os trabalhos de harmonização não podiam ser iniciados devido à existência de regulamentos táticos estudados por outras repartições e aprovados, sem ser ouvido o Estado-Maior”.

Na busca de um modelo de organização e procedimentos profissionais, foram selecionados oficiais para estagiarem no Exército Alemão, proeminente na época. Tais oficiais ao retornarem atuaram como irradiadores e implantadores dos conhecimentos obtidos. Os benefícios

decorrentes foram significativos e perduraram até 1922.

O advento da Guerra de 1914-1918, no entanto, acarretou profundos reflexos no pensamento estratégico e tático do EB. A derrocada do Exército Alemão redirecionou o foco do EME para países que tivessem participado daquele conflito, como vencedores, para orientarem o EB quanto a material, instrução e concepções doutrinárias. Apesar da inconstância e agitação política vivenciada pelo Brasil no período em estudo, a Missão Militar Francesa, contratada em 1919, desenvolveu suas atividades com eficiência e

**Na trajetória de formação e consolidação do Exército Brasileiro, a Doutrina Militar Terrestre, com seus variados contornos conceituais e influências recebidas, sempre esteve presente, permeando decisivamente todos os fatos relacionados à história da Instituição.**

eficácia, reorganizando o Exército, reorientando a doutrina, elaborando novos regulamentos e aperfeiçoando o ensino e a instrução das escolas militares e da tropa com a realização de exercícios na carta e no terreno, antes resumidos às dissertações teóricas. A Missão perdurou até 1940, quando muitos oficiais instruídos e orientados por ela já haviam ascendido aos mais altos postos do Exército.

A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1942, para participar da Segunda Guerra Mundial, em solo europeu, acarretou uma mudança de influência nas concepções doutrinárias do Exército. Iniciou-se, então, uma difícil transição da influência francesa, eminentemente defensiva, para a americana, voltada para os aspectos ofensivos. O EME passou a adotar, em elevada proporção, a doutrina de emprego e a organização americana, bem como a utilização de materiais (armamentos, viaturas, equipamentos etc). Inúmeros regulamentos e manuais americanos foram



traduzidos ou adaptados e assumidos pelo EB.

No entanto, o Exército daquele país mudava constantemente os preceitos doutrinários e a organização, em um ritmo de difícil acompanhamento pelo EB, o que convenceria o EME da impossibilidade de seguir por inteiro a doutrina americana e da necessidade de identificar soluções próprias para a realidade brasileira.

A Revolução Democrática de 31 de março de 1964 acarretou profundos estudos pelo EME com vistas à implantação de uma reforma administrativa e ao reaparelhamento da Força. Para isso, o EME modificou, sempre que necessário, a sua estrutura organizacional com a finalidade de melhor atender as competências e atribuições inerentes.

Em relação à doutrina, em 1983, o EME organizou-se em 6 (seis) subchefias, sendo que a 3ª Subchefia absorvia os encargos da

doutrina propriamente dita e mais a área de Ciência e Tecnologia, ficando a Estratégia sob a responsabilidade da 1ª Subchefia e o Planejamento Operacional com a 2ª Subchefia. Em 1991, a 3ª Subchefia centralizou a doutrina nos níveis político-estratégico e operacional, passando a Ciência e Tecnologia para a 4ª Subchefia, ficando o Planejamento Operacional sob a responsabilidade do recém-ativado COTER. Em 2004, criou-se o Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx), subordinando-o diretamente à Vice-Chefia do EME e vinculando-o à 3ª Subchefia. Esse Centro tinha, entre outras atribuições, de realizar estudos prospectivos, que demandavam reflexos no planejamento futuro da área doutrinária. Em 2009, a Política e Estratégia ficou a cargo da recém-criada 7ª Subchefia, que absorveu, também, as atribuições do CEEEx. A 3ª Subchefia passou a responsabilizar-se somente pela



Doutrina Militar Terrestre (DMT), voltada para a Força Terrestre (F Ter), braço armado e operativo do EB. Em 2012, ativou-se o Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex), coligado à 3ª Subchefia e ainda subordinado ao EME, para impulsionar a DMT.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) promulgada pelo Governo Federal, em 2008, implicou a necessidade de uma estrutura para propor e coordenar a efetivação de projetos estratégicos para o EB. Para esse fim, foi criada, em 2010, a Assessoria Especial de Gestão e Projetos (AEGP), transformada cerca de dois anos após no Escritório de Projetos do Exército (EPEx).

Outro aspecto a ser ressaltado, é a criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), no início da década de noventa, para coordenar os aspectos relacionados ao planejamento e execução das operações da Força, desonerando o EME dessas responsabilidades.

Nesse ínterim, gradativamente, o EME consolidou-se como Órgão de Direção Geral, dedicado, quase exclusivamente, às atividades de planejamento e coordenação.

A recente configuração estrutural da DMT no contexto da F Ter, concretizada com a decisão para a sua transferência e junção com a área operacional, simboliza uma nova etapa na busca incessante pela racionalização funcional e pela modernização de conceitos doutrinários intrinsecamente associados à capacitação operacional e operativa da Força. Tal guinada, apesar de implicar substancialmente na longa e exitosa relação EME-DMT, tem objetivos bem definidos de aperfeiçoar a estrutura e o consequente desenvolvimento doutrinário e operacional da F Ter.

Tal movimento ocorre inserido em um quadro mundial no qual a vertiginosa evolução tecnológica impõe reflexos instantâneos nos armamentos e equipamentos, na velocidade das informações e no comportamento humano, constituindo-se em desafios militares para o século em vigência, exigindo uma reformulação de concepções doutrinárias para manter o EB apto ao cumprimento de sua missão constitucional e em condições de assumir a posição de protagonista no cenário internacional.

## A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

**Os desafios militares para o século em vigência exigem uma reformulação de concepções doutrinárias para manter o Exército Brasileiro apto ao cumprimento de sua missão constitucional e em condições de assumir a posição de protagonista no cenário internacional.**

Pode-se afirmar que as primeiras manifestações de uma DMT no Brasil ocorreram no Período Colonial, portanto sob forte influência portuguesa, comprovadas, inicialmente, por construção e defesa de redutos e fortificações e respectivas fundações de vilas no entorno, localizados em pontos estratégicos do País, para repelir invasores, entre eles, os franceses. Seguiram-se novos

movimentos de enfrentamento ao invasor, desta feita holandês, com aplicações de táticas de guerrilha, evoluindo, a partir do incremento do efetivo e da organização das forças, para o combate convencional.

O estabelecimento da Família Real Portuguesa no Brasil e a consequente elevação do País a Reino Unido, consolidou a influência definitiva da organização portuguesa no Exército Brasileiro. Essa influência, gradativamente decrescente, se estendeu durante as lutas pela consolidação da Independência e durante muitos anos do Brasil Império.

A Guerra da Tríplice Aliança,



ainda durante o Império, proporcionou consideráveis conhecimentos operacionais oriundos da criatividade e do arrojo dos chefes militares brasileiros, particularmente o Duque de Caxias, mas que foram ignorados e relegados ao esquecimento, com sérias consequências futuras no preparo da tropa decorrentes da incipiente doutrina existente.

A experiência com os “jovens turcos”, a Missão Militar Francesa e a epopéia da FEB com a conseqüente influência da doutrina americana, são exemplos da dependência do EB das concepções externas no desenvolvimento da sua doutrina até então. No entanto, é inegável a contribuição daquelas influências na formação do espírito militar do EB. Nesse mister, o mais importante foram os conhecimentos obtidos na convivência com aquelas concepções, que possibilitaram estudos e reflexões pelos pensadores militares brasileiros e os decorrentes ajustes

e inovações para o advento de uma DMT genuinamente nacional. Tal fato iniciaria a ocorrer na década de sessenta, quando foram divulgadas as primeiras conceituações relacionadas à doutrina, quais sejam, as de Doutrina de Segurança Nacional, Doutrina de Guerra, Doutrina Militar Brasileira e Doutrina de Emprego da Força Terrestre.

Por sua vez, o EME aprimorou as pesquisas, a formulação e o desenvolvimento de uma doutrina de preparo e emprego da Força Terrestre (F Ter) condizente com a realidade brasileira, beneficiando-se das experiências militares dos demais países do mundo sem lhe copiar os modelos e administrando o ciclo de vida dos materiais de emprego militar de que necessitaria e que a crescente indústria bélica do País teria condições de produzir.

O desenvolvimento de uma doutrina genuinamente brasileira foi impulsionado, entre outros: por um surto de crescimento do País que possibilitou o surgimento de





indústrias bélicas aptas ao atendimento da demanda interna; por um sentimento inovador decorrente do espírito de modernização administrativa que permeava o País; pelo término da já claudicante influência americana, consolidado pela denúncia do Acordo de Assistência Militar, em 1977, e que vigorava já há quinze anos; e pela crescente agitação interna estimulada pela denominada “Guerra Fria”, que exigia novas concepções operacionais.

Assim, para combater a crescente agitação e as guerrilhas provocadas pelos movimentos revolucionários, os primeiros estudos foram realizados e as concepções doutrinárias adotadas com base nas guerras insurrecionais travadas pelos franceses na Indochina (contraguerrilha rural) e na Argélia (contraguerrilha urbana). Foi um período pródigo em ensinamentos doutrinários, inicialmente fundamentadas em concepções estrangeiras e sedimentadas ao longo das operações por meio de concepções próprias, inovadoras e eficazes.

Deve ser destacada nesse interlúdio a significativa reorganização da Força realizada em 1972, com a introdução das Brigadas como Grandes Unidades para atuar, de início, independentemente, por contar com os elementos de combate e os apoios necessários. Tal reestruturação substituiu aquela oriunda, ainda, da Segunda Guerra Mundial.

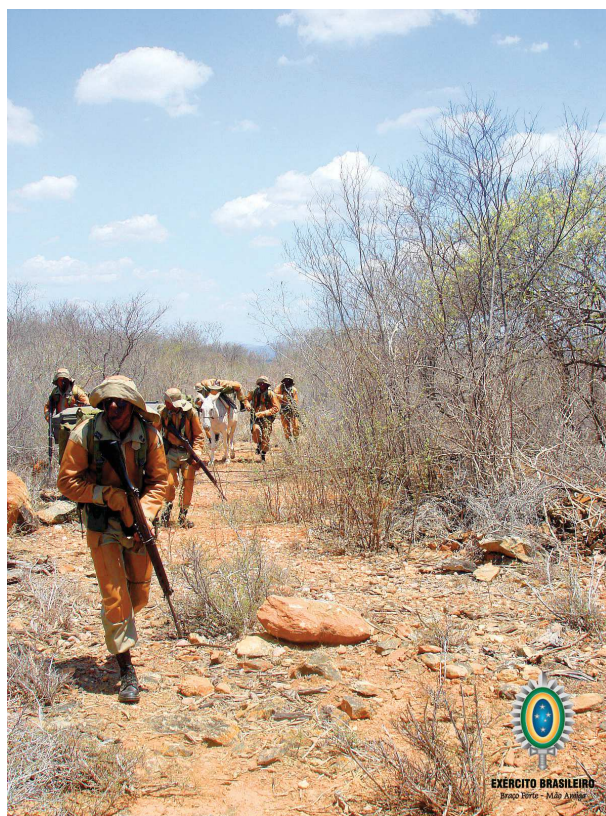
Tal preocupação com uma doutrina autóctone culminou com o lançamento pelo EME, em 1978, das Bases para a Reformulação da Doutrina Militar Brasileira, que apresentava uma nova metodologia de planejamento, possibilitando uma aceleração no desenvolvimento doutrinário.

Em 1985, é implantado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) contendo a visão e os métodos de planejamento para o EB, no nível político-estratégico, com previsão de atualização a cada dois anos. Em 1987, o EME produz as IG 20-13 Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da

Força Terrestre (SIDOBE), marco importante por sistematizar os procedimentos para o desenvolvimento da DMT, corroborando o EME como Órgão Central do Sistema.

Em 1992, entra em vigor a Coletânea DMT, o “Doutrinão”, que consolidava em um volume as informações atualizadas e aperfeiçoadas do SIPLEX e do SIDOBE, abrangendo as concepções relativas à doutrina nos respectivos níveis e a metodologia para a sua organização e desenvolvimento.

Tempos depois, decidiu-se retomar a normatização dos assuntos doutrinários



por níveis. Assim, em 1995, foi elaborada a Diretriz para o Sistema de Doutrina de Preparo e Emprego da Força Terrestre, substituída 4 (quatro) anos após pelas IG 20-13 Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

O SIPLEX retornou em 1996. Com atualizações periódicas desde então, o SIPLEX, agora Sistemática de Planejamento

Estratégico do Exército, persiste como documento matriz para orientar todas as decisões relacionadas ao EB e à F Ter.

Em relação às concepções doutrinárias, constitui-se em ponto de inflexão a adoção das Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre, consubstanciadas nas IP 100-1 "Doutrina DELTA", de 1996, para o combate convencional; as IP 100-2 "Doutrina ALFA", de 1997, para a Defesa Interna; e as IP 100-3 "Doutrina GAMA", também de 1997, voltada para a área estratégica da Amazônia, e suas variantes "C" (convencional, de curta duração) e "R" (não convencional, de longa duração). Essas publicações constituíram-se em pólos de disseminação de novas táticas, técnicas e procedimentos, exigindo esforço, criatividade e ousadia de todos os órgãos do EB para a adequação aos preceitos modernizantes.

O advento do Ministério da Defesa, em 1999, e o seu paulatino e seguro crescimento no desencadeamento das suas atribuições, é um fator preponderante na hierarquia das formulações doutrinárias e ao qual o EB se condicionou para desenvolver a sua DMT, considerando, em todas as situações, os preceitos doutrinários emanados por aquele Ministério, relacionando-os, sempre que necessário, à atuação conjunta com outras forças singulares.

No âmbito interno, principalmente a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve uma crescente sinalização para a necessidade de evolução doutrinária nos aspectos relacionados às ações subsidiárias e às operações de Garantia da Lei e da Ordem, estas, basicamente em razão da mudança na articulação de responsabilidades quanto aos órgãos de segurança pública. Nesse aspecto, foi inevitável o desequilíbrio na capacitação desses órgãos entre os Estados, que conjugadas com os interesses políticos quando de eventual emprego, comprometiam a desejada eficácia das operações, exigindo em muitas ocasiões a intervenção das Forças

Armadas. Nesse contexto, podem ser citadas, entre outras, a participação nos grandes eventos realizado (Copa do Mundo de 2014) e previstos (olimpíadas e para olimpíadas, ambos em 2016), além das operações de pacificação no Rio de Janeiro, que tem se estendido no tempo, muito além do inicialmente tratado. É importante ressaltar que a doutrina de emprego da F Ter nesses tipos de operações vem evoluindo desde a década de sessenta do século passado, em decorrência de experiências próprias, bem como de estudos de casos ocorridos com forças de outros países, além das lições aprendidas nas operações de manutenção da paz no Haiti, onde o EB está há mais de dez anos, e que são fontes infundáveis de substâncias para a evolução doutrinária.

Externamente, o aspecto a destacar foi a denominada "globalização" iniciada no século passado, com vistas à congregação máxima de países em um movimento relacionado à área econômica, mas que se estendeu por outras expressões do poder. No campo militar, a consequência mais concreta foi o fortalecimento e/ou a criação de blocos regionais de países para a defesa comum. Nesse diapasão, o bloco melhor organizado e poderoso (por ser liderado pelos Estados Unidos da América) e constantemente empregado em variadas regiões do mundo e diferentes situações de conflito é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que também tem sido fonte considerável de informações doutrinárias.

Em síntese, os conflitos que permearam várias regiões do planeta nas últimas décadas proporcionaram a evolução de conceitos e concepções doutrinários de uma forma intensa e rápida. A organização, a forma de atuar e os equipamentos e materiais de emprego militar das forças envolvidas apresentaram substanciais inovações em razão da necessidade de precisão e contundência sobre os alvos e exigência de rápidas respostas às oscilações de uma situação de combate. Observou-se a importância de utilização de





equipamentos e materiais de emprego militar de elevada tecnologia, recursos humanos plenamente capacitados, apoio logístico eficiente e atuante, intensa atividade de Inteligência e operações especiais, além de relevar a presença cada vez maior de outros fatores na área de conflito, como, por exemplo, a população e a mídia. Para o EB, tais informações acrescidas às já existentes em seu banco doutrinário reforçaram e direcionaram os estudos para a necessidade de mudança da “Era Industrial” para o novo paradigma da “Era do Conhecimento”.

Para facilitar o entendimento, a Era do Conhecimento pressupõe fatores a serem considerados nos conflitos, entre eles:

- o combate em áreas humanizadas, que implica diretamente na forma de combater, no armamento e equipamento a utilizar e nos procedimentos em relação à população da área conflitada;
- a importância da informação, impondo

a realização de operações especializadas para se obter a superioridade de informações sobre a força oponente. Paralelamente, buscando a comunicação efetiva para o convencimento positivo da opinião pública, sopesando, em todas as circunstâncias, a presença e atuação aproximada da mídia e os meios que permitem a divulgação quase que imediata dos acontecimentos;

- o caráter difuso das ameaças, acarretando incertezas quanto à situação vigente e à identificação do inimigo;
- a atuação em ambiente interagências, com a presença de novos atores, inclusive não estatais;
- o emprego de equipamentos e armamentos com tecnologias novas e avançadas agregadas, tanto pelas forças amigas, quanto pelas oponentes; e
- o componente cibernético, utilizando a tecnologia da informação, como vetor de

combate decisivo no Espaço de Batalha.

Assim, para posicionar e orientar a indispensável adequação do EB ao panorama global da Era do Conhecimento, foi elaborada a “Concepção de Transformação do Exército Brasileiro 2013-2022”. Este documento basilar direciona o processo de transformação, enunciando conceitos, concepções e metas inovadores na busca da capacitação futura do Exército do Século XXI. Nesse mister, avulta a evolução na forma de combater, de equipar e de organizar a F Ter, que conduzirá a uma nova DMT. Para tal, dispõe sobre as condições conversoras necessárias para se obter uma Força com novas capacidades e competências, integrada por pessoal treinado e motivado, apta para a utilização de armamentos e equipamentos com alta tecnologia e amparada em uma doutrina

própria, vigorosa, evolutiva e condizente com as inevitabilidades de emprego tático e operacional futuras. O SIPLEx pormenoriza, por meio dos documentos que a compõem, a política, a estratégia e o planejamento para concretizar a almejada transformação do EB.

Nesse mesmo ano, implementou-se o lançamento das “Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre”. Ressaltam-se, nesse documento, as características desejadas da F Ter, simbolizadas pelo acrônimo FAMES (Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade), bem como os fatores determinantes para se obter a requerida capacidade, representados pelo acrônimo DOAMEPI (Doutrina, Organização e/ou processos, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura). É essencial, também, a compreensão do conceito de “Operações no Amplo Espectro”





a partir da sua caracterização operativa de combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente.

Por outro lado, a nova edição, de 2012, das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), aperfeiçoou o caráter finalístico e matricial do sistema, norteados a sua organização e funcionamento às necessidades da atividade-fim da Força, envolvendo para esse mister todos os escalões e OM subordinadas. Em suplemento, foram elaboradas as Instruções Reguladoras para a Gestão do Conhecimento Doutrinário (GCD) (EB20-IR-003), cujo foco é explicitar as providências para gerir as fontes de conhecimento doutrinário não previstas no SIDOMT, mas com potencial de fornecer informações passíveis de aproveitamento no desenvolvimento da Doutrina.

Com os fundamentos indispensáveis emanados, o EME, exercendo a sua prerrogativa de Órgão Central do SIDOMT, ativou o sistema para a elaboração das publicações padronizadas pertinentes, implantação dos conceitos e concepções formulados, realização das experimentações e pesquisas doutrinárias necessárias, o desenvolvimento e/ou a aquisição dos materiais de emprego militar (MEM) requeridos, implementação das concepções no preparo da Força, além de acionar o setor de ensino para a inclusão em sua grade curricular das inovações pretendidas.

Os resultados, apesar do pouco tempo de implantação, são alvissareiros. O processo de transformação do EB é uma realidade e segue em caminhada segura, com a participação

efetiva dos órgãos e comandos, rumo à consolidação da nova DMT prevista para 2022.

### CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

É comum referir-se à DMT como a “personalidade” ou então “o pensamento” da Força, e para aqueles mais emotivos “o coração” que faz pulsar e funcionar a estrutura militar. Sob qualquer dessas percepções, fica evidenciada a necessidade de a doutrina ser extremamente flexível, evoluindo com constância na busca de concepções modernas e efetivas, sob pena de depreciar a operacionalidade e, como consequência, distanciar-se da pretendida nova DMT.

Vários fatores e acontecimentos estimularam o incremento desse apregoado dinamismo da DMT, requerendo concepções e providências criativas para a sua evolução. Podem ser citados, entre outros:

- os recentes conflitos, manifestações populares, atentados terroristas e outros entevos em

variadas partes do mundo e que acarretaram a intervenção de forças nacionais ou internacionais, apresentando inovadores métodos e procedimentos de emprego operacional e tático, além da necessidade de adequação às novas condicionantes presentes na área de conflito (mídia, população etc);

- a criação do Ministério da Defesa (MD) e a sua paulatina e efetiva influência na doutrina, principalmente a relacionada à atuação conjunta das Forças Armadas;

- o crescente emprego da F Ter em situações características de segurança pública, desvirtuando e banalizando a destinação constitucional das Forças Armadas; e

- a célere evolução da tecnologia,

**Por sua vez, o EME aprimorou as pesquisas, a formulação e o desenvolvimento de uma doutrina de preparo e emprego da Força Terrestre condizente com a realidade brasileira, beneficiando-se das experiências militares dos demais países do mundo sem lhe copiar os modelos.**



imprimindo velocidade e amplitude de veiculação de informações, o que possibilita a participação plena e simultânea de todos os atores imagináveis de imediato e simultaneamente.

Nesse mister, o EME, respaldado em uma concepção estratégica para o EB sólida e bem definida, vem conduzindo o processo de transformação com critério e determinação, racionalizando a estrutura organizacional e o efetivo, articulando com discernimento as organizações militares (OM) pelo território nacional e adotando, entre outras providências, procedimentos de centralização seletiva dos apoios e a previsão de módulos operativos para complementarem a força empregada.

No aspecto operativo, novos conceitos e concepções foram e continuam a ser elaborados e difundidos por meio dos manuais de campanha, complementados pelos manuais de ensino e cadernos de instrução. Materiais de Emprego Militar (MEM) foram e estão sendo desenvolvidos e/ou adquiridos e, gradativamente, entregues às OM para experimentação doutrinária e posterior adoção definitiva. Segue-se um trabalho intenso para reformular os quadros orgânicos (OO) das OM, adequando-os às exigências das novas concepções e à modernidade dos

MEM. Nesse contexto, avultam a influência dos Sistemas de Ensino, Ciência e Tecnologia e Instrução Militar na consecução das metas idealizadas.

A fusão da DMT com a área operacional da F Ter tende a consubstanciar a dobradinha “como fazer - fazer” em um único órgão de direção, com o intuito de agilizar o processo doutrinário e a decorrente execução, na busca para obter as metas estratégicas e operacionais estipuladas.

Por outro lado, é evidente que o prosseguimento do ritmo de transformação do EB pretendido na concepção até 2012 depende, em parcela significativa, de aporte de recursos financeiros pelo Governo. Paralelamente, acrescente-se o imperioso empenho para implementação de uma gestão eficiente dos recursos disponibilizados e da execução criteriosa das ações previstas.

A trajetória para a consolidação da transformação desejada é longa, trabalhosa, envolve a todos, mas decerto proporcionará a cada patamar de conquista sentimentos efusivos de realização. Percebe-se a participação entusiasmada dos órgãos e comandos do EB o que tem assegurada uma caminhada resoluta em busca do objetivo de consolidar a nova DMT, a doutrina da Era do Conhecimento.

#### REFERÊNCIAS:

- Constituição da República Federativa do Brasil-1988.
- Doutrina Militar de Defesa – Ministério da Defesa – 2007.
- Estratégia Nacional de Defesa – Ministério da Defesa – 2008.
- Concepção de Transformação do Exército 2013-2022 (Port nº 1253-Cmt Ex, de 5 DEZ 13).
- Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre (Port nº 197-EME, de 26 SET 13)
- Sistemática de Planejamento do Exército-2014 (SIPLEX-2014) (Port nº 306-EME, de 22 DEZ 14).
- **Instruções Gerais para o Sistema** de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 3ª Edição (Port nº 989-Cmt Ex, de 27 NOV 12).
- História do Estado-Maior do Exército – Trabalho de Pesquisa realizado sob coordenação do Cel Art Paulo da Mota Banha – BIBLIEx – 1984.
- História do Estado-Maior do Exército 1984-1996 – Trabalho de Pesquisa realizado sob a coordenação do Cel Inf Valmir Fonseca Azevedo Pereira – EME – 1996.
- História Militar Brasileira – volumes I e II – Universidade do Sul de Santa Catarina – Educação Superior a Distância – 2009.

